



**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberto o 24º Seminário do Ciclo de Palestras e Debates da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal em cumprimento ao Requerimento nº 10, de 2011-CRA, de minha autoria, com o objetivo de avaliar as atividades desenvolvidas no âmbito desta Comissão bem como o ciclo de debates e palestras do ano de 2011.

Na verdade, gostaríamos de fazer uma prestação de contas dos nossos trabalhos à frente desta Comissão neste ano, em que tivemos grandes atividades, grandes ações e audiências públicas não só aqui em Brasília, mas em vários outros Estados, no Estado de Rondônia, no Estado do Paraná, no Estado de Santa Catarina, no Estado do Rio Grande do Sul, no Estado de São Paulo, debatendo temas importantes da agricultura brasileira, em especial da agricultura do nosso Estado de Rondônia, da Amazônia.

A economia do Brasil já atingiu um elevado patamar de industrialização e alta tecnologia, mas a agricultura ainda é a nossa principal atividade, que deverá crescer 6,12% neste ano de 2011. Basta dizer que ela representa 1/3 do PIB brasileiro. O agronegócio é responsável pelo superávit da balança comercial brasileira, sendo que de janeiro a outubro de 2011 teve um salto de US\$64,3 bilhões, representando um acréscimo de 23,7% em relação ao mesmo período do ano passado.

O País caminha para ser o maior produtor e exportador agrícola do planeta. Os números e os bons resultados da agricultura brasileira, como a estimativa de produção de 160 milhões de toneladas para a safra de 2011/2012, só aumentaram a responsabilidade da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal neste ano de 2011, a qual tive a honra de presidir, compartilhando com os demais Senadores e Senadoras, membros da Comissão, as discussões que nortearam nossos trabalhos com o intuito de contribuir para o desenvolvimento do nosso País.

As nossas ações neste ano consistiram basicamente em interpretar a situação do setor e apontar alternativas para as demandas mais emergentes. De modo que hoje venho prestar contas dos nossos trabalhos, relatando de forma resumida as principais ações, projetos e debates.

Além das 54 reuniões ordinárias e audiências públicas, onde apreciamos 24 projetos de lei e 75 requerimentos, inovamos com a realização de 22 seminários de ciclos de debates, com reuniões todas as sextas-feiras, onde especialistas e autoridades do setor, juntamente com os Senadores, discutiram as demandas da agricultura e apontaram soluções, sendo que algumas foram incorporadas às políticas públicas do setor.

Nos seminários, além da discussão entre especialistas, Senadores, o público de todo o País, que acompanhava o debate pela TV Senado, pela Rádio



Senado, também pode participar via telefone, via Internet, por meio de *e-mail* ou por meio do nosso *Twitter*, com comentários e questionamentos.

Também realizamos a primeira audiência pública de uma comissão temática da história do Senado, com transmissão ao vivo pela TV Senado fora do prédio da TV Senado. As audiências ao vivo acontecem aqui normalmente, mas essa aconteceu fora do prédio, fora de Brasília, e tivemos a honra de presidir a primeira transmissão ao vivo de uma audiência pública nessas condições, quando discutimos a questão da sanidade animal e defesa agropecuária na cidade de Ji-Paraná, em Rondônia. Em seguida, realizamos reuniões da Comissão de Agricultura, com transmissão ao vivo pela TV Senado, nos Municípios de Vilhena, no Estado de Rondônia; de Curitiba, no Paraná; de Chapecó, em Santa Catarina; de Esteio, no Rio Grande do Sul, para discutir o Código Florestal.

Estivemos novamente em Rondônia para tratar do cooperativismo rural, em Ji-Paraná, e da regularização fundiária, na cidade de Ariquemes, que foi a última audiência, o último ciclo de debates realizado por nós, com transmissão ao vivo fora do Senado Federal.

O resultado é que aproximamos o Senado da realidade no campo e possibilitamos, assim, mais democracia na elaboração de políticas públicas que irão atender com mais agilidade as demandas atuais da sociedade brasileira.

Começamos o nosso ciclo de debates discutindo a regularização fundiária na Amazônia Legal, no dia 25 de março do corrente ano, com representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Incra. A falta de regularização fundiária é um problema crônico de Rondônia e da Amazônia Legal. Há um atraso de pelo menos 30 anos do trabalho de regularização das vastas terras da região Amazônica.

Esse foi um tema recorrente durante o ano inteiro em nossa atuação, sendo que o retomamos no encerramento do nosso ciclo de debates com o seminário em Ariquemes, no Vale do Jamari, região de Rondônia, que abriga a maior quantidade de assentamentos e acampamentos da reforma agrária brasileira feita no Estado de Rondônia.

Vamos continuar lutando pela reforma agrária e pela regularização das terras na Amazônia Legal, principalmente pela demarcação com georreferenciamento dos acampamentos, assentamentos, posses e propriedades rurais do nosso Estado de Rondônia. Cabe destacar que tivemos avanços significativos nos últimos dois anos como o Programa Terra Legal, que se trata, na verdade, do primeiro grande esforço do Governo Federal em realizar a regularização fundiária na Amazônia Legal.

Nesse período, o Terra Legal já cadastrou 22 mil famílias nos 52 Municípios do Estado de Rondônia, o que possibilitará a regularização de uma área em torno de 2,9 milhões de hectares com georreferenciamento. Entretanto, isso é apenas 30% de toda a demanda existente.



Outro tema importante que debatemos em nossos seminários foi a situação dos frigoríficos de carne bovina e derivados, incluindo a compra junto ao produtor rural. Esse seminário contou com a participação de representantes da Associação Brasileira dos Frigoríficos, do Conselho de Defesa e Economia, dos produtores rurais, por meio da CNA, do BNDES, do Ministério da Justiça e do Ministério Público Federal.

As principais questões debatidas foram: a cartelização dos frigoríficos para aquisição de carnes junto ao produtor; a falta de garantia do recebimento quando da quebra de alguns frigoríficos – aliás, fato recorrente nos últimos anos, ficando os pecuaristas à mercê da sorte –; além da concentração da destinação dos recursos do BNDES para os grandes frigoríficos.

É uma grande discussão. São debates importantes, pois, nos últimos anos, houve realmente uma concentração dos recursos do BNDES voltados para os grandes frigoríficos, quando os pequenos e até os médios frigoríficos, que precisariam ter acesso a créditos do BNDES, não tiveram. Temos exemplos em Ji-Paraná, temos exemplos em Ariquemes, temos exemplos em Pimenta Bueno, assim como em vários outros Municípios brasileiros. Debatemos aqui muito esse assunto, convidamos técnicos do BNDES para defender a sua atuação com relação a esses temas e continuaremos, no ano que vem, a debater esses temas, que eu entendo serem da maior importância para todos nós.

Como resultado desse debate, apresentei um projeto de lei concedendo aos pecuaristas prioridade no recebimento de créditos decorrentes da venda do gado no caso de falência dos frigoríficos, projeto já aprovado na Comissão de Agricultura e ainda tramitando nesta Casa.

O alto preço do álcool nas bombas de combustíveis também foi assunto discutido e muito debatido nesta Comissão. Verificamos a necessidade de investimentos no setor e um equilíbrio maior entre a produção de açúcar para a exportação e o álcool para o consumo interno brasileiro. Para incentivar as cooperativas, os pequenos produtores e as associações, propomos um projeto de lei, que está em análise no Senado, que cria o Pró-Micro, visando estimular e implantar microdestilarias de etanol para ampliar a produção no País e, principalmente, aumentar a renda dos pequenos e médios produtores rurais brasileiros.

Discutimos também o uso de agrotóxicos na agricultura brasileira, a regulamentação do comércio, utilização e produção de agrotóxicos genéricos, aprovando o projeto que estabelece regras para o registro dos produtos, sua fabricação e comercialização em nosso País. Trata-se de matéria importantíssima, que foi debatida, discutida e aprovada nesta Comissão, que é a condição para que o nosso produtor possa se utilizar desses produtos, agrotóxicos, genéricos em nosso País, evitando, assim, a importação indevida desse material. Pelo fato de muitas vezes ter sido contrabandeado, evidentemente, têm um preço diferenciado.



Uma maneira de combater esse mal, esse crime, é ter esse produto com a mesma qualidade do oficial, mas mais barato, utilizando o agrotóxico genérico oficialmente em nosso País. Dessa forma, foi aprovado esse projeto aqui na Comissão de Agricultura, que vai trazer grandes benefícios ao nosso agricultor.

Essa iniciativa representa uma grande conquista para a economia brasileira, pois irá favorecer a agricultura, a indústria agroquímica e toda a cadeia produtiva do agronegócio, mas, principalmente, vai também fazer com que os nossos consumidores sejam beneficiados. Com os agrotóxicos genéricos, vamos deixar de pagar *royalties* para as multinacionais, produzindo os nossos próprios defensivos e, com isso, baratear os preços para os produtores rurais, que irão colocar o alimento mais barato á mesa dos brasileiros.

Discutimos as assimetrias do Mercosul nas importações de carne, leite e trigo, o que tem prejudicado os agricultores brasileiros, sendo que, atualmente, atuamos no sentido de auxiliar o Governo na correção dessas distorções.

Outro assunto que esteve em pauta em várias audiências e seminários foi a avaliação da cadeia produtiva do leite e o preço pago aos produtores de leite em nosso País.

Debatemos aqui no Senado e em audiências públicas também em Rondônia, nos Municípios de Alvorada d'Oeste, São Miguel do Guaporé, Seringueiras e Nova Brasilândia do Oeste, com o apoio da Associação Rondoniense de Municípios, a Aron. Novamente, os produtores denunciaram a cartelização dos laticínios para a compra de leite naquele Estado.

Para se ter uma ideia: o preço médio do leite em Rondônia é de R\$0,55 e o valor pago pelos laticínios varia de R\$0,40 a R\$0,60, enquanto que, no Estado do Paraná, o preço médio do litro de leite é de R\$0,87. Em São Paulo, o preço médio é de R\$0,90 e, em Minas Gerais, o preço médio é de R\$0,80 por um litro de leite. Uma das alternativas que encontramos, juntamente com os produtores, o Governo do Estado de Rondônia e a Aron, foi a de ativar definitivamente o Conselho Estadual do Leite – Conseleite, para que esse conselho determine o preço justo desse produto, que envolve uma atividade importante para os nossos agricultores, que representa uma renda importante para as famílias que vivem no campo, as famílias que estão trabalhando e que dependem dessa produção para manter suas famílias e para poderem manter-se no campo.

Aliás, este é um dos grandes desafios que temos hoje em dia no Brasil: manter as famílias no campo, fazer com que elas vivam no campo, mas vivam confortavelmente, possam viver do seu trabalho, possam viver com segurança, possam vivem com conforto, dar estudo a seus filhos para que eles não tenham de vir para a cidade, engrossando, muitas vezes, as filas de pessoas desempregadas, que não têm a infraestrutura necessária para viver nas cidades



grandes ou nas pequenas, mas no perímetro urbano. Este é o grande desafio que nós temos: fazer com que o agricultor permaneça trabalhando no campo, vivendo no campo e do campo, através do resultado de sua produção.

Como medida legislativa para resolver esse problema, aprovamos aqui na Comissão o PLC nº 80/2011, que estabelece a obrigatoriedade para as indústrias de informar, até o dia 25 de cada mês anterior à entrega do produto, o preço a ser pago aos produtores. Hoje os produtores entregam o seu produto e só vão saber do preço que vale esse produto na hora em que receberem, 45 dias após a entrega do produto, mais ou menos isso.

Nós entendemos que é um desrespeito com o nosso produtor ele não saber qual é o valor que vai receber por seu produto. Nós entendemos que, seja o preço que for, o produtor tem o direito de saber quanto é que vai receber por seu trabalho, por sua produção.

Debatemos também o desenvolvimento da agricultura rondoniense, com seminários em Ji-Paraná, Porto Velho, Vilhena e Ariquemes, questões como a sanidade animal e a defesa agropecuária, debatidas juntamente com o Idaron e o Fefa do Estado de Rondônia. O cooperativismo, a regularização fundiária e o Código Florestal fizeram parte de nossa pauta.

Nesta semana aprovamos o projeto de lei que regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, peixes, anfíbios, répteis e aves. Com a regulamentação da pesquisa científica, vamos criar um ambiente legal para os estudos que são feitos hoje sem reconhecimento oficial, bem ordenar a produção e o comércio desses clones, que têm como objetivo o melhoramento genético dos animais.

Enfim, foram muitos e importantes os projetos apreciados, mas não temos tempo para citar todos. No entanto, não posso deixar de destacar que, nos últimos sete meses, percorremos o Brasil para discutir o novo Código Florestal brasileiro, além das dezenas de audiências públicas realizadas aqui no Senado Federal.

Destaco mais uma vez o trabalho feito em conjunto nas Comissões de Agricultura, de Meio Ambiente e de Ciência e Tecnologia e Constituição e Justiça, onde promovemos um amplo debate, ouvindo todos os segmentos da sociedade, com o objetivo de construir um texto de consenso, muito bem representado nos relatórios dos Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana e aprovado no plenário do Senado Federal.

É evidente que, sob alguns aspectos, não foi possível construir o entendimento desejado, mas questões fundamentais para a regularização das propriedades rurais, como as definições sobre as APPs e as reservas legais, além do direito adquirido, poderão trazer mais segurança jurídica para o nosso produtor rural.



**O SR. CASILDO MALDANER** (Bloco/PMDB – SC) – Enquanto V. Ex<sup>a</sup> está fazendo esse relato extraordinário, Sr. Presidente, gostaria de saber se é possível...

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com o maior prazer, Senador Casildo Maldaner.

**O SR. CASILDO MALDANER** (Bloco/PMDB – SC) – Peço até escusas por interromper um relato tão extraordinário, mas enquanto V. Ex<sup>a</sup> coordena esse vasto trabalho, esse intenso desenvolvimento que V. Ex<sup>a</sup>, junto com os técnicos da Comissão e os membros desta Comissão, tem desenvolvido ao longo do ano, quero me congratular com V. Ex<sup>a</sup>.

Nós, os catarinenses, estamos todos engrandecidos com esse trabalho, até porque V. Ex<sup>a</sup>, na presidência da Comissão de Agricultura do Senado, inovou, criou uma nova agenda, uma agenda positiva – para fazer reuniões todas as sextas-feiras à tarde é preciso ter persistência, pois geralmente esse é um período em que são reprimidos os trabalhos e os pronunciamentos feitos no Senado ao longo da semana. V. Ex<sup>a</sup> criou um fato ao vivo e presente todas as sextas-feiras à tarde no Senado, aqui na Comissão, como agora faz com a prestação de contas ao Brasil, ou visitando, percorrendo o Brasil para debater os mais variados temas que interessam ao agronegócio no Brasil, que mexem com esse setor tão importante.

Este ano, inclusive, esse setor é responsável pelo bom desempenho do nosso PIB, com maior esforço, com maior crescimento, inclusive na exportação. Aliás, é o agronegócio que vem salvando o superávit brasileiro, o equilíbrio das transações, e V. Ex<sup>a</sup> tem inovado e liderado isso em todas as regiões do Brasil. Foi, inclusive, ao nosso Estado para fazer ao vivo, diretamente de Chapecó, lá no oeste catarinense, um debate sobre o Código Florestal. Levou a TV Senado para registrar ao vivo os debates da Comissão lá em Chapecó, do qual participaram vários colegas – V. Ex<sup>a</sup> foi –, entre eles, os dois relatores, o Senador Jorge Viana e o Senador Luiz Henrique, que é catarinense. Nós tivemos a presença, se não me engano, de praticamente duas mil pessoas, e o Brasil inteiro pôde assistir a esses debates. Esse trabalho de V. Ex<sup>a</sup> é inovador.

Portanto, neste ínterim, neste intervalo, nesta folga na prestação de contas do ano que faz V. Ex<sup>a</sup>, aproveito para cumprimentá-lo em nome dos catarinenses. Eu sei que o Brasil o está acompanhando e que o Brasil é muito grato a V. Ex<sup>a</sup>, sem dúvida alguma.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>. Tomara que, no ano que vem, continue com essa persistência. Sei que não é fácil, é preciso ter muita resistência muita força de vontade para ir adiante. A grande Rondônia de V. Ex<sup>a</sup>, distante de nossa Santa Catarina, é um Estado em desenvolvimento, é muito forte, está crescendo, é cada vez mais conhecido. Muitos catarinenses lá estão, pessoas do Sul, aliás, do Brasil



inteiro: hoje Rondônia tem uma diversidade de pessoas muito grande, são identidades de todos os lugares do Brasil, inclusive de outros países.

Nesse sentido, com muita honra, cumprimento V. Ex<sup>a</sup>, Senador Acir Gurgacz.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Nós fizemos um bom trabalho este ano na Comissão, e isso se deu graças ao todo, ao conjunto, a todos os membros desta Comissão, que trabalham unidos; esta Comissão realmente tem uma unidade entre seus membros. Todas as vezes que precisamos estar juntos para votar coisas importantes, urgências, todos os Srs. Senadores, inclusive V. Ex<sup>a</sup>, sempre estiveram junto conosco, nos debates, nas votações, nas audiências públicas. Naquilo que é de interesse de seu Estado de Santa Catarina, naquilo que é de interesse do País, V. Ex<sup>a</sup> deu sua bela contribuição para que chegássemos hoje, ao final do ano, Senador Casildo, com 28 projetos apreciados em nossa Comissão, 75 requerimentos apreciados, 53 audiências públicas, 24 debates. Enfim, foi um trabalho bastante importante e, entendo, produtivo.

Como V. Ex<sup>a</sup> muito bem colocou, a agricultura é que sustenta balança comercial brasileira. Nós precisamos discutir a agricultura no Brasil. A cada ano, a agricultura aumenta a sua participação no superávit da balança comercial e, automaticamente, aumenta também a nossa responsabilidade aqui no Senado Federal e aumenta a responsabilidade desta Comissão em que todos trabalhamos unidos para transformar o Brasil naquilo que queremos: o Brasil precisa ser o maior produtor de alimentos do Planeta. E assim será sem a transformação de áreas de floresta em áreas de produção, ou seja, sem desmatamento – dizem que essa palavra está proibida, Senador Casildo; é transformação de áreas de reservas e de florestas em áreas de produção.

Sem essa transformação, vamos conseguir realmente que o Brasil passe a ser um dos maiores produtores de alimentos em nosso País, graças ao trabalho de todos nesta Comissão e, evidentemente, da nossa Presidenta Dilma, que faz um excelente trabalho à frente do nosso País, dando prioridade à produção agrícola, juntamente com o Ministro Mendes da Agricultura, o Ministro Afonso do MDA, e com a Ministra do Meio Ambiente Izabella, que acompanhou *pari passu* todos os debates, todos os avanços da reforma do Código Florestal brasileiro.

E quando V. Ex<sup>a</sup> fala do nosso Estado de Rondônia, V. Ex<sup>a</sup> sabe, como bem disse, que fala também de uma parte da população de Santa Catarina. Nós temos lá catarinenses, paranaenses, gaúchos, mineiros, capixabas, baianos, nordestinos, goianos, ou seja, temos pessoas do Brasil inteiro que se reuniram para formar um novo Estado, um Estado que se chama Rondônia, que já começa a dar muita alegria ao nosso País na produção de alimentos, de grãos, de carne e,



agora, na produção de pescado. Com certeza, Senador Casildo, Rondônia vai ser um dos maiores produtores de pescados do nosso País. Nós temos clima para isso, nós temos lâmina d'água para isso, nós temos sol, nós temos água, nós temos o nosso tambaqui, nós temos o nosso pirarucu, nós temos o nosso tucunaré, o nosso pintado, enfim, temos várias espécies que irão, ao longo dos anos, alimentar muitos brasileiros – e queremos também exportar!

Portanto, eu agradeço a sua presença aqui nesta nossa sexta-feira, dia 16 de dezembro, findando o ano, findando os nossos trabalhos. É a última reunião de debates do ano na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Com o novo Código Florestal, vamos colocar milhares de agricultores brasileiros e rondonienses na legalidade. Falo dos agricultores que migraram para Rondônia nas décadas de 60, 70, 80 e 90, quando a lei permitia a supressão de 50% a 75% da vegetação nativa de cada propriedade para instalação das lavouras e benfeitorias. Asseguramos a esses agricultores o direito adquirido sobre as áreas convertidas em lavouras e benfeitorias à lei da época, a lei que permitia que fosse feita essa transformação.

Ao longo do tempo, esses agricultores passaram a ficar inadimplentes, passaram a ficar como pessoas que não cumpriram a lei. E não é verdade: eles não mudaram a sua atuação; quem mudou foi a lei, não respeitando a atividade dessas pessoas, que deixaram as suas famílias, que deixaram as suas regiões no Sul do País, no Nordeste do País e foram para Rondônia para integrar a Amazônia, para ocupar a Amazônia, para fazer a transformação de reserva em área produtiva de grãos, na área da pecuária e agora, com a promessa de ser o grande celeiro da produção de pescado brasileiro.

Os proprietários de imóveis com até quatro módulos, o equivalente a 240 hectares em Rondônia, segundo o texto do novo Código Florestal aprovado no Senado, ficam isentos de recompor a Reserva Legal. Nesses imóveis, a Reserva Legal será constituída com a vegetação nativa existente em 22 de julho de 2008, vedadas novas transformações ou novos desmatamentos para uso alternativo do solo.

Essa medida vai beneficiar mais de 75 mil estabelecimentos da agricultura familiar com até quatro módulos em Rondônia, o que corresponde a 86% dos imóveis do Estado de Rondônia.

O trabalho desenvolvido pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em 2011 procurou responder às múltiplas e diferenciadas demandas agrícolas e antecipar-se às questões emergentes do mercado, da pesquisa e tecnologia em favor do desenvolvimento da agropecuária brasileira.

As discussões apontaram os problemas que dificultam o desenvolvimento da agricultura, e as sugestões e soluções apontadas pelos Senadores estão servindo de referência para o Governo na definição da política agrícola brasileira.



No próximo ano, continuaremos cada vez mais perto dos agricultores e de toda a sociedade brasileira, dando prosseguimento a assuntos importantes, como a identificação e demarcação de terras indígenas, debate já iniciado pela Senadora Ana Amélia, do Rio Grande do Sul. Daremos continuidade ao trabalho para a regularização fundiária de Rondônia e de toda a Amazônia Legal, o aprimoramento da legislação ambiental, o endividamento agrícola e a cadeia produtiva do leite e da carne. Debateremos também a infraestrutura e políticas para o armazenamento e o escoamento da safra, lembrando que o custo da logística agrícola, nos Estados Unidos, é de 8% do PIB agrícola daquele país, sendo que, no Brasil, é de 16% – exatamente o dobro, Senador Casildo.

Enquanto o preço médio do frete no Brasil chega a US\$100, nos Estados Unidos é de apenas US\$25, segundo dados da Fundação Dom Cabral – US\$100 no Brasil e US\$25 nos Estados Unidos! Essa é a diferença no nosso custo de transporte em nosso País.

Temas como a modernização da Lei de Cultivares e a produção e importação de fertilizantes também já estão na pauta de 2012.

Agradeço ao Presidente Sarney, que apoiou todas as iniciativas desta Comissão, demonstrando, mais uma vez, seu espírito aberto para a inovação, proporcionando condições para o trabalho diferenciado que tivemos este ano na Comissão de Agricultura.

Agradeço também à Secretaria de Comunicação do Senado na pessoa do Secretário Fernando César Mesquita, ao Diretor Adjunto da TV Senado, Aluizio Tadeu de Oliveira, à Secretaria de Pesquisas e Opinião (SEPOP), que viabilizou a interatividade com o público, e a todos os servidores da Comissão de Agricultura, os técnicos que nos acompanharam, não só aqui, em Brasília, mas também em nossas viagens. Agradeço a todos o empenho e o brilhante trabalho, que resultou no debate e nessa estatística positiva que tivemos este ano.

Um agradecimento especial aos Senadores membros desta Comissão, que participaram ativamente dos debates deste ano, sempre às 8h30 da manhã, nas reuniões ordinárias às quintas-feiras, e às 14 horas nas sextas-feiras, em nosso ciclo de palestras e debates.

Portanto, tivemos um ano bastante produtivo, Senador Casildo, com a aprovação daquela que considero a matéria mais importante que nós tínhamos no Senado: o Código Florestal brasileiro, o qual foi amplamente debatido por todos nós, todos os Senadores, que trouxemos aqui, para debater, todos os segmentos da sociedade. Ouvimos todas aquelas pessoas que queriam dar a sua opinião. Fizemos isso, junto com os Deputados Federais, para lembrarmos, entendemos, que o trabalho feito na Câmara dos Deputados foi um trabalho muito importante e bem feito. Aquilo que fez a Câmara dos Deputados, pelo relatório do nosso Deputado Aldo Rebelo, foi um trabalho sensacional. Coube-nos apenas fazer uns pequenos e poucos ajustes àquilo que foi produzido na Câmara dos Deputados. E



procuramos fazer isso de comum acordo com os Deputados para que, se voltasse, como voltou – pensavam na época – para a Câmara dos Deputados, seria mais fácil e mais rápido a sua aprovação ou o debate, enfim.

Ouvimos toda a sociedade para dar suporte aos Relatores Jorge Viana e Luiz Henrique, ambos dois ex-Governadores: um do Norte do País, ex-Governador do Estado do Acre, que governou o Acre por oito anos e fez um excelente trabalho à frente daquele Estado, que tem uma experiência administrativa do Executivo muito grande; juntamente com outro ex-Governador, que ficou oito anos à frente do Estado de Santa Catarina, onde também realizou um grande trabalho à frente daquele Estado, com uma experiência ampla do Executivo e também do Legislativo.

Dessa forma, nós pudemos equilibrar o nosso País: um ex-Governador do Norte da Amazônia e um ex-Governador do Sul, duas pessoas comprometidas com a população brasileira que vieram para cá debater o Código Florestal brasileiro, deixando de lado as questões regionais, deixando de lado aquele cabo de força que havia ou que se interpretava que haveria entre agricultores e não agricultores, ou entre pecuaristas, ruralistas e ambientalistas. Todos deixamos de lado isso e produzimos um Código Florestal equilibrado, para que nós possamos ter um País que continue produzindo e conservando. Essa é a nossa meta.

Portanto, quero aqui, mais uma vez, render as nossas homenagens aos dois Relatores: Relator Jorge Viana, ex-Governador do Acre, Senador do Acre e o relator Luiz Henrique, ex-Governador de Santa Catarina e Senador do Estado de Santa Catarina consequentemente.

Agradeço a atuação e cumprimento mais uma vez o trabalho que fizeram. Um trabalho equilibrado.

É claro que se nós olharmos pela vias de ambientalistas faltou alguma coisa e se olharmos pelos olhos dos ruralistas também faltou alguma coisa, mas é um Código equilibrado que contempla a população brasileira.

Nós não podemos produzir um Código Florestal que atenda A ou B, nós temos de produzir e assim o fizeram os relatores e nós votamos um Código Florestal que atendesse a população brasileira e assim está o Código Florestal que votamos aqui nesta comissão e que foi aprovado por ampla maioria no Plenário do Senado Federal e hoje está a disposição da Câmara dos Deputados para debater esse tema da maior importância.

Senador Casildo Maldaner, as suas considerações para que nós possamos encerrar a nossa sessão.

**O SR. CASILDO MALDANER** (Bloco/PMDB - SC) – Eu não queria, em absoluto, interromper mais V. Ex<sup>a</sup>, mas como vejo que está no finalmente e quero só aproveitar essa carona para, mais uma vez, Senador Acir Gurgacz, e



ouvindo do relator os custos de transporte e de logística entre o Brasil e a Estados Unidos, o quanto aqui ainda é mais caro.

Eu estava me lembrando, nós precisamos continuar nessa caminhada.

Tem um adágio que diz: Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura.

Então, nós temos de continuar com a persistência, V. Ex<sup>a</sup> liderando essa comissão, nesse caminho do próximo ano, nós vamos continuar avançando. Sem ter persistência não vai.

Até para finalizar eu gostaria de lembrar, nesta manhã, no Plenário do Senado, V. Ex<sup>a</sup> abordava questões de Rondônia e do Brasil, chamou-me a atenção a questão da regularização das terras. V. Ex<sup>a</sup> ainda propugnava através de um projeto de lei para o Estado do Roraima, Amapá e Rondônia.

As terras federais sejam estendidas ou entregues aos estados para que esses dêem o fim mais apropriado porque conhecem as suas particularidades. Até porque como dizia V. Ex<sup>a</sup>, hoje, num grande pronunciamento no Plenário do Senado.

Famílias há 20, 30 ou 40 anos que se deslocaram para Rondônia, do Brasil inteiro, não só do meu Estado de Santa Catarina, estão lá radicados, vêm de uma próxima geração e falta alguma segurança jurídica. Precisa da titulação. Eles estão trabalhando.

Houve o convite do Governo Federal para poderem produzir, desbravar o Brasil, até por questões de assegurar o direito de ser Brasil, a ter relações com outros países.

Então, são verdadeiros bandeirantes da atualidade que para Rondônia e outros estados se deslocaram, passando os mais diversos sacrifícios, mas que foram desbravadores, verdadeiros bandeirantes, repito, e se estabeleceram.

Para que possam ter a titulação, a segurança jurídica desses pedaços, dessas áreas, dessas famílias, e isso é fundamental para a preservação e de acordo com o novo Código Florestal.

Dizia V. Ex<sup>a</sup>.

Nós gostamos, foi um tema muito importante.

Transformar ou entregar esse direito para que os estados regulamentem isso, em função da praticidade, da economia de tempo e espaço e por conhecer, respeitando, logicamente, as funções do no Código Florestal que está se implantando no Brasil, um novo marco regulatório dessa tese e outro destaque que nós gostamos e que nós comentamos com vários colegas do senado hoje, de manhã, a produtividade de pescados.

Nós sempre sabíamos que a madeira é o gado extraordinário de Rondônia, uma economia que cresce, mas é os pescados que estão, como dizia



V. Ex<sup>a</sup>, que é o tucunaré, é o tambaqui, é o pirarucu, são peixes extraordinários que Rondônia produz. A tilápia e assim por diante, pintados são famosos, e isso nos deixa com água na boca.

Há índices que dizem que já produz hoje 15 toneladas por ano, mas fazia V. Ex<sup>a</sup> uma projeção que Rondônia, implantando a logística e ela atender, ela tem condições de ir a 80 mil toneladas, de 15 para 80 mil toneladas.

Tive a honra de apartear V. Ex<sup>a</sup> e dizer que não era só o Brasil que agradecia a Rondônia, mas o mundo irá agradecer por ser mais um espaço para alimentação. Vai ser um negócio extraordinário. Isso é saúde, é longevidade, o alimento do peixe.

Por isso quero lhe cumprimentar, não só por representar Rondônia, mas, mais uma vez, a frente dessa comissão, pelo trabalho que desempenhou e desenvolveu por todo o Brasil nessa grande comissão e que venha perdurar no próximo exercício.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz - Bloco/PDT - RO) – Muito Senador e também ex-Governador.

V. Ex<sup>a</sup> sabe que se o estado, através do seu governador, tiver condições de levar o documento das terras à população, isso acontecerá com mais rapidez.

É o governador que está mais próximo da população através dos seus secretários, através de toda a sua equipe, tenha condição de fazer esse trabalho com mais eficiência e é isso que nós buscamos com esse projeto.

É claro que temos esse problema da Terra Legal que está avançando, embora um pouco lento, aliás muito lento até aqui, há um compromisso do nosso Ministro Afonso Florence, da Dra. Shirley de avançar com mais rapidez, até porque daqui para frente as coisas ficam mais fáceis.

As primeiras são as mais difíceis, mas depois as pessoas acabam pegando o jeito e vai com mais rapidez.

Mesmo assim, paralelamente a isso, o Estado de Rondônia pode receber as terras da União e também junto com o Programa Terra Legal, avançar no sentido de praticar a regulamentação fundiária no Estado de Rondônia.

Então, agradeço mais uma vez o nosso Presidente José Sarney que disponibilizou todas as condições para que pudéssemos promover as inovações que foram feitas, a equipe da TV Senado que sempre esteve conosco nas transmissões ao vivo, fora do Senado, se mobilizando, se conduzindo, para que pudéssemos fazer essas audiências públicas fora e com transmissão ao vivo e também a equipe da Rádio Senado, a equipe da Opinião Pública, OESP, SEPOP, Secretaria de Opinião Pública, que através do trabalho desta equipe podemos ter a interatividade com a população brasileira.



---

Tivemos aqui, nos ciclos de debate, a intervenção de várias pessoas, de todo o nosso país, de todos os estados da Federação trazendo informações, buscando questionamentos e isso nos ajudou muito.

Isso aconteceu graças a essa equipe maravilhosa do Senado.

Também, mais uma vez, agradeço aos técnicos da nossa Comissão de Agricultura, os técnicos do meu gabinete que nos acompanharam nesse ano.

Esperamos e tenho certeza de que ano que vem será igual ou melhor do que esse ano.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada essa reunião.

Obrigado! (Palmas.)

*(Iniciada às 14 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 04 minutos.)*